



Vigilantes que trabalham no MP/MT denunciam falta de pagamento; órgão já notificou empresa responsável



Vigilantes da empresa Blitzem Segurança, que prestam serviço para o Ministério Público em todo o estado de Mato Grosso, denunciaram o atraso de dois meses de salários. Ao Olhar Jurídico, eles disseram que já procuraram o MP, mas ainda não haviam recebido respostas. A assessoria do Ministério Público afirmou que o atraso é de um mês e que a empresa já foi notificada.

De acordo com um dos vigilantes do município de Comodoro, que não quis ser identificado, a empresa presta serviço para o Ministério Público em todo o estado. Ele disse que não receberam os pagamentos de salário e vale alimentação dos meses de janeiro e fevereiro de 2018. A empresa tem um contrato com o MP e recebe repasses mensais no valor

de R\$ 272.898,05.

O vigilante disse ao Olhar Jurídico que já procuraram o Ministério Público do Trabalho para fazer uma denúncia e o próprio MP, e que foram criticados por procurar um promotor ao invés da empresa. Ele também disse que alguns dos trabalhadores estão passando dificuldades financeiras por causa da falta do pagamento.

A assessoria do Ministério Público afirmou que na verdade o atraso não é de dois meses, mas sim de um. Está atrasado o salário de janeiro e o vale alimentação, os valores referentes ao mês de fevereiro ainda estão no prazo para serem pagos.

No entanto, o Ministério Público afirmou que já notificou a empresa para que promova a regularização, mas há um prazo para ela regularizar ou apresentar justificativa. Todas as medidas administrativas, previstas no contrato, já estão sendo tomadas, mas os prazos têm de ser obedecidos.

Fonte: Olhar Direto

Ministério do Trabalho defere registro sindical do Sindesforte-PB

O Ministério do Trabalho e Emprego deferiu o pedido de registro sindical do Sindicato dos Vigilantes de Carro-forte da Paraíba (Sindesforte-PB). Em despacho publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (19), o MTE reconhece que a entidade pode representar os trabalhadores do segmento.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) vem acompanhando, apoiando e assessorando o Sindesforte-PB durante todo o processo e em sua atuação diária. Por reconhecer a importância desse sindicato para a categoria e a seriedade com que lidera a luta da categoria na Paraíba, a CNTV parabeniza cada um dos companheiros, dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores de base, que ganham muito com mais esse avanço.

Fonte: CNTV

Dieese: gestão da Previdência passa por revogação da reforma trabalhista

Instituto rebate argumentos recorrentes dos defensores de mudanças: “Peça retórica da disputa para atender a interesses particulares de segmentos da sociedade”

Pensar efetivamente em uma Previdência pública impõe três medidas, segundo o Dieese: rever as restrições aos gastos da União, discutir o financiamento de longo prazo e revogar, total ou parcialmente, a recente “reforma” trabalhista, efetivada pela Lei 13.467. Em nota técnica, o instituto rebate argumentos recorrentes usados pelos defensores das mudanças: “Eles constituem, na verdade, peça retórica da disputa para legitimar e aprovar a Reforma da Previdência e, assim,

atender a interesses particulares de segmentos da sociedade”.

Segundo o Dieese, a necessidade de mexer na lei recém-criada considera “a possibilidade de desproteção previdenciária de grandes contingentes de trabalhadores” devido às mudanças nas regras trabalhistas. Assim, é preciso discutir uma revogação, ainda que parcial “e/ou novas formas de inclusão previdenciária, que conceda garantias e segurança ao contingente de

trabalhadores e trabalhadoras que ficaram sujeitos às formas desprotegidas de contratação”.

Além disso, o instituto defende que a primeira “tarefa” é “rever, revogar, ou, no mínimo, flexibilizar as restrições ao crescimento das despesas primárias da União. Ou seja, repensar o chamado “teto dos gastos”, aprovado pelo atual Congresso por emenda constitucional.

“Sem a contenção da evolução das despesas previdenciárias, dificilmente o próximo presidente ou a próxima presidenta conseguirá obedecer à regra constitucional que impede o crescimento real das despesas primárias. Com isso, poderá ser refém do Congresso Nacional pela ameaça de novo impedimento ou poderá, mesmo a contragosto, tornar-se defensor da Reforma da Previdência”, argumenta o Dieese.

Também é preciso debater Previdência, seguridade social e financiamento de longo prazo. Mas os técnicos do instituto questionam os argumentos usados para aprovar de qualquer forma a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, como dizer que o projeto já foi “suavizado” e que as mudanças visam a combater “privilégios”, entre outros. “Esses argumentos, em larga medida, são improcedentes e inverídicos.”

Sobre o alegado “déficit”, por exemplo, o Dieese observa que isso vem de uma soma “indevida” de duas contas distintas, do Regime Geral (RGPS) e do Regime Próprio (RPPS) da União. “Pelos preceitos da Constituição Federal, não faz sentido falar em ‘déficit da Previdência’, uma vez que a Previdência Social, no que corresponde ao RGPS, integra a Seguridade, a qual conta com base ampla de financiamento, não restrita às contribuições previdenciárias.”

Na questão dos chamados “privilégios”, o instituto afirma em sua nota técnica que o foco da questão não está na Previdência pública. E a reforma em tramitação pode “agravar o problema da concentração de renda no país, ao excluir da

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

cobertura previdenciária segmentos da classe trabalhadora e ao reduzir o valor dos benefícios”.

O Dieese alerta que, mesmo sem aprovação da PEC, o tema não sairá da agenda política. “Uma forte coalizão articulada em torno de grandes interesses insistirá nesse tema, com a finalidade de incentivar a contratação e privatização da Previdência Pública, reduzir as políticas públicas, intensificar a dinâmica da acumulação financeira e restringir a função do Estado na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento.”

Dívidas e devedores

Em 2017, graças a perdões bilionários de dívidas e impostos que financiam a Previdência concedidos a grandes setores da economia, governos estaduais e prefeituras, foram mantidos os privilégios, diferentemente de um dos principais argumentos do governo Temer para tentar convencer a população a aceitar a reforma da Previdência que dificultará o direito à aposentadoria e irá rebaixar os valores das pensões. As informações são do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Segundo reportagem da entidade, os bancos também foram favorecidos pelo governo Temer no ano passado. “Em abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, perdoou uma dívida de R\$ 25 bilhões do Itaú em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na fusão com o Unibanco, ocorrida em 2008”, diz o sindicato. O banco espanhol Santander também é citado, ao ser livrado, em julho, de pagar R\$ 388 milhões em imposto de renda e CSLL, oriundos, nesse caso, da aquisição do banco holandês ABN AMRO, em 2007.

Fonte: Rede Brasil Atual

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF